

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Resistir, mobilizar e cooperar

Julice Salvagni
Organização

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Resistir, mobilizar e cooperar

Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho –
GestAções



UFRGS

Porto Alegre, 2024.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Escola de Administração da UFRGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS
Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

Organização

Julice Salvagni

Capa e Editoração

Julice Salvagni

Autores

Cristiane Marques

Daially Hiller Guimarães

Daniel Nunes de Neque

Giovanna Lima Gurgel

Jéssica K. Costa de Neque

Lucélia Amaral Gomes

Maria Raiane dos Santos

Regina Weber



Publicado sob licença

Creative Commons Atribuição – Não Comercial

CC BY-NC 4.0 © dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769

POLÍTICAS públicas de trabalho, emprego e renda : resistir, mobilizar e cooperar. /
Organizadora: Julice Salvagni. – Porto Alegre, RS : UFRGS, 2024.

Inclui bibliografia. Licença Creative Commons – CC BY-NC 4.0.

ISBN 978-65-01-05220-5.

Conselho editorial: Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho –
GestAções.

1. Trabalho e tecnologia. 2. Mercado de Trabalho. 3. Condições de trabalho.
4. Economia do trabalho. 5. Mulher – Aspectos sociais. I. Salvagni, Julice.
II. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas PPGPP/UFRGS. III. Grupo de
Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções. IV. Título.

Biblioteca da Escola de Administração/UFRGS

CDU: 331.101



Apresentação

Este livro é fruto das leituras e debates que guiaram a segunda edição da disciplina “Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda”, que ocorreu no primeiro semestre de 2023, junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Manter o compromisso de publicar o que advém dos debates e leituras provocados pelas aulas, se mantém como uma das nossas premissas atreladas ao fazer docente. Neste sentido, esses estudos não são produtos de pesquisas robustas, desenvolvidas por anos ou décadas, mas experiências preliminares de escrita do nosso comprometido e promissor quadro discente. Entendemos que a lógica das publicações científicas ainda penaliza os que não obtiveram títulos acadêmicos, mesmo que com boas produções. A hierarquia inerente à comunicação própria da comunidade científica tende a privilegiar títulos e não textos. Em razão disso, entendemos que esse formato de livro de acesso aberto, disponibilizado pela universidade e constituído a partir de um selo editorial de um grupo de pesquisa, é uma boa oportunidade de tornar públicas as reflexões tão primorosas que surgiram a partir das aulas. A partir daqui, abrimos o convite ao diálogo com quem nos lê.

Além disso, entendemos que a temática do trabalho, emprego e renda ainda se mostra enquanto uma área a ser ocupada dentro das políticas públicas. Apesar de se tratar de um tema transversal à muitas outras disciplinas, pensar as relações de trabalho a partir das políticas públicas é estratégico do ponto de vista de aproximar as demandas sociais históricas oriundas do campo com as possibilidades de ação estatal. As intersecções que o trabalho estabelece com gênero, migrações, plataformas ou arranjos colaborativos tem mudado muito nos últimos anos.

Apesar de os aspectos de exploração, coesão e dominação no e pelo trabalho serem históricos, eles assumem contemporaneamente outros contornos que precisam ser interpretados. No mais, ainda que seja um consenso entre estudiosos da área que a atualidade tem trazido a intensificação da precarização de trabalho, isso não acontece sem que haja resistência. Por isso, são indispensáveis também os estudos que contemplam diferentes formas de resistir, mobilizar e cooperar. Quer dizer, reforçamos a importância de se dissertar sobre os diferentes formatos, processos e lutas relacionadas à questão do trabalho no âmbito das políticas públicas.

Assim, o primeiro capítulo do livro é escrito por Giovanna Lima Gurgel, intitulado “Gênero e trabalho: a realidade de mulheres em situação de rua no estado do Rio Grande do Norte”. O texto propõe uma análise quantitativa a respeito das principais diferenças de gênero das pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte, dando destaque às suas principais dificuldades em relação ao mundo do trabalho. Neste sentido, buscou-se saber em que medida as mulheres em situação de rua vivenciam relações de trabalho diferentes das de homens. Para isso, foram utilizados dados do Censo Estadual da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte, como fonte primária, sendo analisadas diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito às relações de trabalho. Os dados foram analisados a partir dos conceitos de trabalho afetivo, reprodutivo e imaterial. Os resultados encontrados expõem tendências à reprodução dos estereótipos de gênero quando se trata das relações de trabalho formal e informal. Por fim, é proposto o desenvolvimento de políticas de acesso ao trabalho, emprego e renda que contemplem as particularidades das mulheres em situação de rua, considerando as limitações por elas vivenciadas.

“Migração e trabalho reprodutivo: a globalização da reprodução da força de trabalho”, é o capítulo de Lucélia Amaral Gomes. O estudo buscou discutir o trabalho reprodutivo no sistema capitalista, destacando o trabalho reprodutivo remunerado realizado por mulheres migrantes que cuja atividade de renda é o cuidado de idosos, crianças ou doentes. Sendo uma atividade majoritariamente exercida pelas mulheres, é discutido, em âmbito teórico, o conceito de trabalho reprodutivo e suas nuances na realidade capitalista. Ainda, aborda-se as condições deste trabalho na realidade de mulheres que migram globalmente, enfatizando a interseccionalidade de raça e classe social, que faz com que algumas mulheres estejam mais sujeitas ao trabalho reprodutivo do que outras.

O estudo de Regina Weber analisa “O trabalho afetivo e a plataformização do trabalho das mulheres”. Para tanto, a autora debate a situação a que estão submetidas as mulheres que trabalham para as plataformas, reforçando a necessidade de regulamentação dessa modalidade de trabalho tão precarizada. Há mecanismos na plataformização que fazem o uso da tecnologia para explorar ainda mais as trabalhadoras, intensificando a acumulação de capital. Sendo as mulheres as mais afetadas pelas demandas do trabalho reprodutivo, a suposta flexibilidade das plataformas é um exemplo de como o capital se apropria dos estilos de vida e da vulnerabilidade social. Com isso, a plataformização tem ampliado seu domínio em diversos setores econômicos, ampliando as desigualdades sociais e instituindo a informalidade como regra de mercado. O reconhecimento de vínculo na economia de plataforma é uma situação emergente para garantir condições dignas às trabalhadoras da economia de plataforma, sobretudo no que diz respeito às pautas específicas das mulheres.

O capítulo “Precarização do trabalho digital: o trabalhador como ‘empreendedor de si” foi desenvolvido por Maria Raiane dos Santos. O capítulo trata do contexto da precarização nos serviços realizados em plataformas digitais de trabalho. Neste ínterim, destaca-se a construção ideológica por trás do “empreendedor de si”, fundamental para compreender as condições da classe trabalhadora em meio às transformações ocorridas no mercado de trabalho. A primeira seção é direcionada a compreensão do fenômeno da plataformização do trabalho, mostrando como esse conceito é visto nas relações trabalhistas de empresas que operam sobretudo pela interface de um aplicativo. A segunda seção refere-se à condição do trabalhador de plataforma, colocado na condição de “empreendedor de si”. Neste sentido, são analisadas as imposições colocadas pela big techs aos trabalhadores, o que favorece o aumento da precarização dada transferência das responsabilidades laborais os próprios trabalhadores.

“Os problemas sociais enfrentados pelas mulheres imigrantes: trabalho, desigualdades e discriminação” é o título do capítulo de Daially Hiller Guimarães. O estudo teve o objetivo de compreender as desigualdades do tratamento dado às mulheres na sociedade neoliberal. A pesquisa aponta a divisão histórica dos papéis sociais dada às mulheres, de donas de casa, mães e esposas, estrutura ainda hoje uma sociedade desigual. Neste aspecto, as mulheres, sobretudo negras e imigrantes, concentram uma parcela significativa dos empregos precários, da dupla jornada de trabalho, além de conviverem constantemente com situações de violência e assédio. Como consequência, muitas mulheres migram para outros países em busca de melhores oportunidades. Portanto, segundo a autora, a implementação de políticas públicas de proteção social pode vir

a auxiliar as mulheres a ter melhores condições em seu país de origem, intervindo na evolução do índice migratório.

Ao tratar da “Autogestão e economia feminista na transformação do trabalho”, Jéssica Krislei Costa de Neque analisa a interseção entre autogestão e economia feminista como uma abordagem transformadora no mundo do trabalho. Para a autora, no atual contexto de precarização e terceirização das relações laborais, é necessário explorar alternativas que promovam igualdade e sustentabilidade. A autogestão e a economia feminista oferecem perspectivas para repensar e transformar o trabalho, mas também enfrentam desafios como a participação igualitária, coordenação coletiva e sustentabilidade financeira. Neste sentido, buscou-se analisar os desafios e possibilidades da interseção entre autogestão e economia feminista, explorando modelos econômicos mais justos, equitativos e inclusivos, valorizando o trabalho não remunerado, promovendo igualdade de gênero na tomada de decisões, reduzindo segregação ocupacional e salarial, e combatendo a violência de gênero.

Daniel Nunes De Neque é autor do capítulo “Promovendo a igualdade através transformação social na economia solidária: caminhos para uma economia mais inclusiva”. O texto aborda o tema da economia solidária, destacando sua importância como uma alternativa aos paradigmas econômicos tradicionais. O autor buscou compreender a origem e as raízes históricas da economia solidária no Brasil, bem como analisar os princípios e as práticas da autogestão como um dos pilares fundamentais desse modelo econômico. Enfatiza-se, assim, a compreensão da importância da autogestão na construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, utilizando-se de uma abordagem teórica e analítica para explorar o contexto histórico

e econômico brasileiro relacionado à economia solidária. Foram analisados os princípios e as práticas da autogestão, bem como seus impactos na promoção da igualdade de poder, na tomada de decisões coletivas e no fortalecimento das relações de solidariedade entre os trabalhadores. O estudo destaca que a autogestão é um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa.

Por fim, “O trabalho dos motoristas e cobradores de ônibus em Porto Alegre” é o tema abordado por Cristiane Marques. O estudo faz uma revisão teórica de estudos que refletem as condições de trabalho dos motoristas e cobradores na prestação de serviços públicos de transporte categoria ônibus em Porto Alegre. A discussão sobre tema busca uma relação analítica entre as transformações realizadas pela gestão municipal e dados de estudos anteriores. Trata-se de uma pesquisa inicial, que aborda de maneira sucinta as questões das categorias, apoiando-se em dados nacionais para maior compreensão do objeto.

Para a realização deste livro, agradecemos ao apoio financeiro da FAPERGS, ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS e à Escola de Administração.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Julice Salvagni

24 de junho de 2024